

AUTOGERAÇÃO COMPARTILHADA SUDESTE
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

AUTOGERAÇÃO COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Senhores Acionistas e diretores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em novembro de 2023 a companhia realizou a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, obtendo assim recursos financeiros suficientes para a manutenção de suas operações e de suas controladas.

As controladas possuem usinas já energizadas, mas que ainda não iniciaram os seus respectivos ciclos de faturamento, obra no início e usina em fase final de construção. Em 31 de dezembro de 2023, as obras apresentavam os seguintes status:

Controladas	Usina	Data de Energização/Previsão de de Energização
AUTOGERACAO RINCAO DOS PATTAS	Itaqui II B	09/11/2023
AUTOGERACAO CONESUL ITAQUI	Conesul	27/06/2024
AUTOGERACAO RIO GRANDE	Uruguaiana IV B	06/02/2024
AUTOGERACAO CANAS CACHOEIRA PAULISTA	Canas II B	16/11/2023

Outrossim, esta Administração fica à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer outros esclarecimentos adicionais.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Autogeração Compartilhada Sudeste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Autogeração Compartilhada Sudeste S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autogeração Compartilhada Sudeste S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F



Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC RJ 106634/0-3

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A
Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	323.603	-	329.986	-
Adiantamento		-	-	162.095	-
Créditos tributários		572	-	796	-
		<u>324.175</u>	<u>-</u>	<u>492.877</u>	<u>-</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	5.1	1.200	-	1.200	-
Investimentos	6	27.467.384	-	-	-
Imobilizado	7	-	-	27.814.799	-
		<u>27.468.584</u>	<u>-</u>	<u>27.815.999</u>	<u>-</u>
Total do ativo					
		<u>27.792.760</u>	<u>-</u>	<u>28.308.876</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A
 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedor		290	-	167.329	-
Impostos a recolher		2.600	-	7.963	-
Notas comerciais - CRI	8	25.867.873	-	25.867.873	-
Provisões trabalhistas		-	-	133.052	-
Salários e contribuições previdenciárias		-	-	214.085	-
		25.870.763	-	26.390.302	-
Não Circulante					
Partes relacionadas	5.2	4.800	-	1.377	-
		4.800	-	1.377	-
Patrimônio líquido	9				
Capital social		3.501.200	1.200	3.501.200	-
Capital a integralizar		-	(1.200)	-	-
Prejuízos acumulados		(1.584.004)	-	(1.584.004)	-
		1.917.196	-	1.917.196	-
Total do passivo e patrimônio líquido		27.792.760	-	28.308.876	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RESULTADO OPERACIONAL					
Despesas comerciais		-	0	-	-
Despesas administrativas	10	(89.190)	-	(118.985)	-
Despesas tributárias	10	-	0	-	-
Equivalência patrimonial		(32.416)			
Outras receitas não operacionais		-	-	-	-
		(121.606)	-	(118.985)	-
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	11	(1.470.252)	-	(1.474.281)	-
Receitas financeiras	11	7.854	-	9.262	-
		(1.462.398)	-	(1.465.019)	-
Imposto de renda e contribuição social	12				
Prejuízo líquido do exercício		(1.584.004)	-	(1.584.004)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do exercício	(1.584.004)	-	(1.584.004)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.584.004)</u>	<u>-</u>	<u>(1.584.004)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.200	-	1.200
Capital social	3.500.000	-	3.500.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.584.004)	(1.584.004)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.501.200	(1.584.004)	1.917.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) líquido do exercício	(1.584.004)	-	(1.584.004)	
Depreciação/amortização	-	-	-	
Prejuízo ajustado	(1.584.004)	-	(1.584.004)	
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Clientes	-	-	-	
Créditos tributários	(572)	-	(796)	
Despesas antecipadas	-	-	-	
Adiantamento a fornecedores	-	-	(162.095)	
Fornecedores	290	-	(167.329)	
Impostos a recolher	2.600	-	7.963	
Provisão Trabalhista	-	-	(133.052)	
Contas a pagas	-	-	-	
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	2.319	-	(455.309)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Partes relacionadas	(1.200)	-	(6.000)	
Investimentos	(27.467.384)	-		
Imobilizado	-	-	(27.814.799)	
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(27.468.584)	-	(27.820.799)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos bancários	25.867.873	-	25.867.873	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	
Integralização de Capital	3.501.200	-	3.506.000	
Partes relacionadas	4.800	-	-	
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	29.373.873	-	29.373.873	
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	323.603	-	(486.238)	
Disponibilidades				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	323.603	-	329.986	
(Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	323.603	-	329.986	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Rua General Rabelo, 43, casa, Gavea, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.451-010.

A Sociedade tem por objeto social a participação societária no capital de Companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

Autogeração Solar Compartilhada Sudeste

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de Companhias no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

As projeções de resultados futuros preparadas pela Diretoria indicam o alcance de sua trajetória de lucros recorrentes e fluxos de caixa positivos.

Se essas projeções não se realizarem, a Companhia precisará de novos recursos dos acionistas ou outras fontes para continuar a operar.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2024.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o

objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são apresentadas aos valores presente e de realização.

A conta de cliente faturado, e a realização dos serviços prestados e o faturamento das notas fiscais. Cliente a faturar, e a provisão de receita de energia gerada.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

g. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

h. Patrimônio separado

Representam valores retidos pela securitizadora, nesta operação, True Securitizadora, para constituição do patrimônio separado referente a operações de captação de recursos através do Certificado de recebíveis imobiliários - CRI.

O patrimônio separado é gerido pela Companhia securitizadora e tem por finalidade custear despesas iniciais necessárias para a operação tais como constituir fundos de reserva de juros.

i. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

l. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

m. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

n. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita de aluguel e serviços

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia, no que tange locação e manutenção das usinas tais como serviços de gestão de consumo e compensação de energia, é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

o. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

- (iii) Pronunciamento novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um

arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas Companhiaiais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

2.1.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração concluiu que não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

2.1.6. Demonstrações contábeis consolidadas

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLARGRID B JL II LTDA e sua controlada direta:

Companhias controladas

	Participação no Capital Total % 2023
Incluída na consolidação	
Autogeração Solar Rio Grande Ltda	100%
Autogeração Solar Rincao dos pattas Ltda	100%
Autogeração Solar Consesul Itaquí Ltda	100%
Autogeração Solar Canas Cachoeira paulista Ltda	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as Companhias cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Companhias.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Os prejuízos não

realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos	10	-	50	-
Total	10	-	50	-
Aplicações Financeiras	323.593	-	329.936	-
Total	323.593	-	329.936	-
Total	323.603	-	329.986	-

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Operações com partes relacionadas

5.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
SolarGrid Geração e Comercialização	1.200	-	1.200	-
SolarGrid Serra das Araras	-	-	-	-
Total	1.200	-	1.200	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.200	-	1.200	-

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

5.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Autogeração Solar Canas II	-	-	976	-
Autogeração Solar Rio Grande	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Rincao dos Pattas	1.200	-	-	-
Autogeração Solar Consesul Itaquí	1.200	-	401	-
Autogeração Canas Cachoeira Paulista	1.200	-	-	-
Total	4.800	-	1.377	-
Circulante	4.800	-	-	-
Não circulante	-	-	1.377	-

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

6. Investimentos

6.1. Composição do saldo

	Saldo em 31/12/2022	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2023
Autogeração Solar Rio Grande Ltda	-	1.200	(10.183)	14.613.000	14.604.017
Autogeração Solar Rincao dos Pattas Ltda	-	1.200	(8.126)	6.102.000	6.095.074
Autogeração Solar Consesul Itaquí Ltda	-	1.200	(6.466)	3.390.000	3.384.734
Autogeração Solar Canas Cachoeira Paulista Ltda	-	1.200	(7.640)	3.390.000	3.383.560
Investimento total	-	4.800	(32.415,80)	27.495.000	27.467.384

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

6.2. Informações adicionais sobre a Companhia investida

Autogeração Solar Rio Grande Ltda.

A Companhia iniciou suas operações em 11/11/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Rincao dos Pattas Ltda.

A Companhia iniciou suas operações em 11/11/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Consesul Itaqui Ltda.

A Companhia iniciou suas operações em 04/11/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Autogeração Solar Canas Cachoeira Paulista Ltda.

A Companhia iniciou suas operações em 19/11/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas: Autogeração Solar Rio Grande Ltda.	100%	14.824.499	14.614.200	14.604.017	-	(10.183)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas: Autogeração Solar Rincao dos Pattas Ltda.	100%	6.330.420	6.103.200	6.095.074	-	(8.126)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas: Autogeração Solar Consesul Itaqui Ltda.	100%	3.408.005	3.391.200	3.384.734	-	(6.466)
	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / Prejuízo
Em controladas: Autogeração Solar Cachoeira Paulista Ltda.	100%	-	-	-	-	(7.640)

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

7. Imobilizado (controladora e consolidado)

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Consolidado	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	2023				Saldo em 31/12/2023
			Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	
Projetos em desenvolvimento		-	5.741.148	-	-	-	5.741.148
Usina Fotovoltaica	3%	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos para aquisição de ativos			22.073.651	-	-	-	22.073.651
Juros capitalizados	3%	-	-	-	-	-	-
Total		-	27.814.799	-	-	-	27.814.799
Custo		-					27.814.799
Depreciação acumulada		-					-
Imobilizado líquido		-					27.814.799

- (i) O saldo de projetos em desenvolvimento refere-se a custos de obra inerentes ao período de construção da usina. Em 2023, o valor foi reclassificado para a linha de Usina Fotovoltaica devido sua conclusão e início de operação.
- (ii) O valor refere-se a antecipações de custos de obra para construção das usinas.

8. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos Bancários	R\$	IPCA + 12%a.a	2026	25.007.999	-	25.007.999	-
Juros		-	-	1.463.584	-	1.463.584	-
(-) Custos de estruturação da dívida		-	-	(603.711)	-	(603.711)	-
				25.867.873	-	25.867.873	-
Passivo circulante				25.867.873	-	25.867.873	-
Passivo não circulante				-	-	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Captações	25.007.999
Pagamentos	-
Juros efetivos	25.575
Gastos estruturais	(603.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.867.872

9. Patrimônio líquido

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 1.200,00 e está representado por R\$ 1.200,00 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

Sócio	Nº de ações	Valor capital subscrito	% Participação
Autogeração Solar Holding S.A.	1.200	R\$ 1.200	100%
Total	<u>1.200</u>	<u>R\$ 1.200</u>	<u>100%</u>

b) Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante de R\$ 1.584.004.

10. Despesas administrativas (controladora e consolidado)

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos federais	(365)	-	(437)	-
Outras taxas	(44.270)	-	(44.631)	-
Multas	-	-	(1.469)	-
Honorários de Contadores	-	-	(25.334)	-
Honorários de Auditores	(2.132)	-	(4.691)	-
Serviço Terceiros Pes. Jurídica	(42.422)	-	(42.422)	-
	<u>(89.190)</u>	<u>-</u>	<u>(118.985)</u>	<u>-</u>

11. Resultado financeiro (Controladora e Consolidado)

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	7.854	-	9.262	-
Descontos obtidos	-	-	-	-
	<u>7.854</u>	<u>-</u>	<u>9.262</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras				
Juros e multas	(1.467.105)	-	(1.468.920)	-

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

Despesas bancárias	(3.147)	-	(5.361)	-
Descontos concedidos	-	-	-	-
Amortização gastos com estruturação da dívida	-	-	-	-
Manutenção do patrimônio separado	-	-	-	-
	<u>(1.470.252)</u>	<u>-</u>	<u>(1.474.281)</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.462.398)</u>	<u>-</u>	<u>(1.465.019)</u>	<u>-</u>

12. Provisão de IRPJ/CSLL

A Companhia obteve o resultado na LALUR de 2023 prejuízo fiscal, sendo assim, não tendo provisão de IRPJ/CSLL no ano corrente.

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.584.004)	(1.584.004)	-	-
Reconciliação para taxa efetiva:	396.001	142.560	-	-
Despesas de Equivalência Patrimonial	(8.104)	(2.917)	-	-
Base de prejuízo fiscal	<u>(387.897)</u>	<u>(139.643)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receitas/Despesas	-	-	-	-
Alíquota efetiva - %	-	-	-	-

13. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

14. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidada	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	25.007.999	-	25.007.999	-
Caixa e equivalente de caixa	323.603	-	323.603	-
Dívida Líquida	24.684.396	-	24.684.396	-
Patrimônio Líquido	1.917.196	-	1.917.196	-
Índice de alavancagem financeira	12,87	-	12,87	-

15. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro contratado junto a Ezze, Zurich, Pottencial, Eссор, AIG Seguros e Tokio Marine seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

AUTOGERACAO SOLAR COMPARTILHADA SUDESTE S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Seguro Patrimonial

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importâncias
Risco Patrimonial Compartilhada Sudeste	11/10/2024	3.318.000

16. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Companhia até esta data.